



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

9839

Presidente da Mesa Diretora: José Marcos Martins de Freitas

Espécie: Decreto legislativo

Categoria: Aprovados e reprovados

Autoria: José Marcos Martins de Freitas

Data: 25/08/2020

Descrição Sumária: DECRETO LEGISLATIVO Nº 07, de 01/09/2020. Referenda, nos termos do parágrafo 3º do artigo 165 da Lei Orgânica Municipal, a abertura de crédito adicional extraordinário no orçamento vigente, previsto no Decreto nº 4.086, de 12/08/2020, do Município de Montes Claros, para enfrentamento da emergência de saúde nacional decorrente do Coronavírus SARS-CoV-2 - Covid-19.

Controle Interno – Caixa: 01

Posição: 37

Número de folhas: 09

DECRETO LEGISLATIVO

Espécie: DL
Categoria: Aprovado
X: 01
Ordem: 37
nº fls: 07



Nº 07/2020

01.09.2020

Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 07/2020

AUTOR:

Ver. José Marcos Martins de Freitas

ASSUNTO:

Referenda nos Termos do § 3º do Art. 165 da Lei Orgânica
Municipal, a Abertura de Crédito Adicional Extraordinário no
Orçamento Vigente Previsto no Decreto 4.086 de 12 de agosto de
2020 do Município de Montes Claros.

MOVIMENTO

- 1 - _____
- 2 - 25/08/2020
- 3 - Comissão de Legislação e Justiça.
- 4 - APROVADO EM ÚNICA EM. 01.09.2020
- 5 - _____
- 6 - _____
- 7 - _____
- 8 - _____
- 9 - _____
- 10 - _____



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Faço saber que a Câmara Municipal de Montes Claros aprovou, e o Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros, nos termos da alínea “d” do art. 46 do Regimento Interno, promulga o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 07 DE 2020

Referenda, nos termos do §3º do art. 165 da Lei Orgânica Municipal, a Abertura de Crédito Adicional Extraordinário no Orçamento Vigente previstos no Decreto 4.086 de 12 de agosto de 2020 do Município de Montes Claros.

A Câmara Municipal de Montes Claros decreta:

Art. 1º Fica referendada, nos termos do §3º do art. 165 da Lei Orgânica Municipal, a Abertura de Crédito Adicional Extraordinário no Orçamento Vigente previsto no Decreto 4.086 de 12 de agosto de 2020 do Município de Montes Claros.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Montes Claros, em 01 de setembro de 2020.


JOSÉ MARCOS MARTINS DE FREITAS
Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros

RUA URBINO VIANA, 600 - VILA GUILHERMINA - TEL. (38) 3690-5400 - CEP: 39.400-087 - MONTES CLAROS - MINAS GERAIS



Certidão de Publicação
Certifico, nos termos do Art. 96, da L.O.M., que o(a) <u>Decreto Legislativo nº 07/2020</u>
foi publicado no 2º. piso do edifício sede da Câmara Municipal de Montes Claros, em <u>03/09/2020</u> para se tornar público(a).
Por ser verdade, firmo a presente.
Montes Claros-MG, de <u>03</u> de <u>setembro</u> de 20 <u>20</u>

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
E ÚNICA
EM 25 DE AGOSTO DE 2020

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
APROVADO EM DISCUSSÃO POR
ÚNICA
EM 01 DE SETEMBRO DE 2020
PRESIDENTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS/MG

EXTRATO Nº. 0370/2020

A Comissão Permanente de Licitação e Julgamento torna público a **RATIFICAÇÃO** do processo abaixo relacionado:

PROCESSO Nº. 492/2020 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 102/2020. Objeto: **LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA O FUNCIONAMENTO DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA VILA ATLÂNTIDA, LOCALIZADO NA RUA NOVO MILÊNIO, Nº 21, BAIRRO VILA ATLÂNTIDA, MONTES CLAROS/MG, em favor de JOSÉ FERREIRA PAIVA, inscrito no CPF/MF sob o nº. 702.931.986-91, cujo valor global é de R\$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais), pago mensalmente o valor de R\$ 900,00 (novecentos reais).** Ratificado em 31 de agosto de 2020.

Montes Claros/MG, 01 de setembro de 2020.
Priscila Batista Almeida
Presidente – C.P.L.J.

CÂMARA MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Faço saber que a Câmara Municipal de Montes Claros aprovou, e o Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros, nos termos da alínea "d" do art. 46 do Regimento Interno, promulga o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 07 DE 2020

Referenda, nos termos do §3º do art. 165 da Lei Orgânica Municipal, a Abertura de Crédito Adicional Extraordinário no Orçamento Vigente previstos no Decreto 4.086 de 12 de agosto de 2020 do Município de Montes Claros.

A Câmara Municipal de Montes Claros decreta:

Art. 1º – Fica referendada, nos termos do §3º do art. 165 da Lei Orgânica Municipal, a Abertura de Crédito Adicional Extraordinário no Orçamento Vigente previsto no Decreto 4.086 de 12 de agosto de 2020 do Município de Montes Claros.

Art. 2º – Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Montes Claros, em 01 de setembro de 2020.

JOSÉ MARCOS MARTINS DE FREITAS
Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros

PORTARIA Nº126/2020

DISPÕE SOBRE A REALIZAÇÃO DE CONVENÇÕES PARTIDÁRIAS PRESENCIAIS NO ÂMBITO DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

O Presidente da CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS, no uso de suas atribuições, nos termos do art. 38, Inciso II da Lei Orgânica Municipal e do disposto no artigo 30, inciso I, da Constituição da República, bem como nos termos da Lei Federal 13.979, de 06 de fevereiro de 2020 e,

CONSIDERANDO, a Resolução do nº 23.623/2020, do Tribunal Superior Eleitoral, que dispõe sobre a realização de convenções partidárias para a escolha de candidatos e formação de coligações majoritárias nas Eleições 2020;

CONSIDERANDO, que nos termos da citada Resolução Eleitoral as convenções poderão ocorrer por meio virtual ou presencial, neste último caso respeitando as leis e as regras sanitárias;

CONSIDERANDO, o disposto no Decreto Municipal 4.093 de 31 de agosto de 2020;

RESOLVE:

Art. 1º – Fica autorizada a realização de convenções partidárias para a escolha de candidatos e formação de coligações majoritárias nas Eleições 2020, nas dependências do plenário da Câmara Municipal de Montes Claros, que deverão seguir todas as regras sanitárias preconizadas na legislação federal, estadual e municipal específicas e seguir os seguintes critérios:

I – Fica limitado o número de 50 (cinquenta) pessoas a participar da convenção e respeitando o distanciamento mínimo de 1,5 (um metro e meio) entre os presentes;

II – realização de higienização frequente de maçanetas, torneiras, corrimãos, mesas, cadeiras, teclados, computadores, telefones e todas as superfícies metálicas constantemente no local de realização com álcool a 70% (setenta por cento), cujas despesas e responsabilidade dos partidos políticos;

III – manutenção da locação e não utilização dos bebedouros existentes na Câmara Municipal;

IV – manutenção de todo o ambiente com ventilação adequada, com portas abertas;

V – evitar cumprimento entre os presentes com apertos de mãos, abraços, beijos ou outro tipo de contato físico;

VI – impedir o consumo de alimentos e bebidas no local de realização da convenção, com exceção de água levada pelo próprio participante, que não poderá ser compartilhada.

Parágrafo Único: O Partido interessado na realização da convenção partidária nas dependências da Câmara Municipal, deverá fazer o agendamento prévio com a Gerência Administrativa, sendo que não será permitida a realização de mais de uma convenção por dia.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE

Câmara Municipal de Montes Claros, 01 de setembro de 2020.

José Marcos Martins de Freitas
Presidente da Câmara

Município de Montes Claros – MG
Secretaria Municipal de Saúde

DECISÃO ADMINISTRATIVA

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO, o parecer exarado pela Procuradoria Adjunta do Consultório do Município veiculado através do memorando nº 334 /CJ/PROJU/2020;

CONSIDERANDO, o princípio da autotutela que estabelece que a Administração Pública possui o poder de controlar os próprios atos, anulando-os quando ilegais ou revogando-os quando inconvenientes ou inoportunos

RESOLVE:

Anular integralmente os contratos de comodato de bens móveis e outras avanços celebrados no dia 24 de agosto de 2020 com a Fundação Educacional Alto Médio São Francisco (Hospital Dr. Mario Ribeiro da Silva) e publicados no Diário Oficial Eletrônico Municipal do dia 26/08/2020.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se, na forma da lei.

Município de Montes Claros (MG), 02 de setembro de 2020.
Dulce Pimenta Gonçalves
Secretaria Municipal de Saúde de Montes Claros

Município de Montes Claros – MG
Procuradoria-Geral

LEI 5.300, DE 02 DE SETEMBRO DE 2020.

CONCEDE TÍTULO DECLARATÓRIO DE UTILIDADE PÚBLICA AO INSTITUTO MARCOS BARBOZA

A Câmara Municipal de Montes Claros-Minas Gerais aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica considerada de **Utilidade Pública Municipal** a Entidade Civil, legalmente constituída, sem fins lucrativos, sob a denominação de **INSTITUTO MARCOS BARBOZA**, inscrita no CNPJ sob nº 33.811.721/0001-30, com sede na Avenida São Judas, 1.078, bairro São Judas Tadeu, CEP. 39.402-558, neste Município de Montes Claros – MG, desde 03/06/2019.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Município de Montes Claros, 02 de setembro de 2020.

Humberto Gulmarães Souto
Prefeito de Montes Claros

MCTTRANS

MCTTRANS - Empresa Municipal de Planejamento, Gestão e Educação em Trânsito e Transportes/EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE AUTUAÇÃO DE INFRAÇÕES DE TRÂNSITO – 18/2020.

A Empresa Municipal de Planejamento, Gestão e Educação em Trânsito e Transportes - MCTTRANS, em conformidade com as disposições e competências estabelecidas pela Lei Federal nº. 9.503/97, e pela Resolução do CONTRAN nº. 619/2016, após esgotadas as tentativas de ciência por meio de notificação via remessa postal, NOTIFICA através do presente Edital, os proprietários dos veículos, abaixo relacionados, das respectivas Infrações de Trânsito, estabelecendo prazo legal de 15 (quinze) dias, a contar da presente publicação para a facultativa interposição da Defesa da Autuação ou Solicitar a aplicação de Penalidade de Advertência Por Escrito, observado os termos da Resolução do CONTRAN – Conselho Nacional de Trânsito, nº. 619/2016. A Defesa da Autuação por ventura interposta, ou a Solicitação da aplicação da Penalidade de Advertência Por Escrito, deverão ser entregues PESSOALMENTE ou VIA REMESSA POSTAL, na Empresa Municipal de Planejamento, Gestão e Educação em Trânsito e Transportes - MCTTRANS, à Praça Pres. Tancredo Neves, s/n – 2º andar – Canelas – Montes Claros - MG - CEP. 39402-595. Caso o infrator não tenha sido identificado no momento da autuação, e tratando-se de infração de responsabilidade do condutor, para fins de pontuação, o proprietário do veículo, terá o prazo de 15 dias a contar da presente publicação, para identificá-lo, sob pena de ser considerado o responsável pela pontuação decorrente, nos termos dos §§ 7º e 8º do artigo 257, da Lei Federal 9.503/97 (Código de Trânsito Brasileiro). No caso de Pessoa Jurídica, não havendo identificação do infrator, será lavrada nova multa ao proprietário do veículo, mantida a de origem, cujo valor é o da multa multiplicada pelo número de infrações iguais cometidas no período de doze meses. O formulário para identificação do Condutor Infrator poderá ser solicitado diretamente na MCTTRANS ou retirado no site www.mcttransonline.com.br/formulários. Devido ao período de prevenção contra a pandemia de COVID-19, os prazos limites para a apresentação de Defesa da Autuação e/ou identificação de condutor estão interrompidos, conforme Deliberação 185 do CONTRAN, de 19/03/2020. Assim, o prazo legal estabelecido será retomado após normalização e consequente revogação desta Deliberação.

PLACA	NRO AIT	DATA DA INFRAÇÃO	CÓDIGO INFRAÇÃO
AEP5242	AG04730216	13/08/2020	566-50
AOL6527	AG04730613	10/08/2020	763-31
ASH5376	AG04730074	06/08/2020	763-31
AYD3883	AG01627667	12/08/2020	736-62
AZN1743	AG04730438	31/07/2020	763-32
BXM0068	AG04730004	06/08/2020	763-32
CBH9689	AG04730344	11/08/2020	763-31
CIH4504	AG04722538	11/08/2020	554-12
CJR2958	AG04729901	28/07/2020	763-32
CRJ7390	AG04730454	06/08/2020	554-12
CYJ1507	AG04731209	08/08/2020	556-80
DKL1902	AG04730720	08/08/2020	554-12
DNK0550	AG04725884	11/08/2020	554-11
DOO5103	AG04731057	07/08/2020	763-31
DQX8228	AG04730676	10/08/2020	605-01
DSY8093	AG04731285	08/08/2020	639-44
DVI2644	AG04730187	05/08/2020	554-12
DWI0629	AG04728562	04/08/2020	538-00
DWI0629	AG04730802	10/08/2020	554-14
DXY7292	AG01653743	01/08/2020	554-12
DZ12485	AG04730575	02/08/2020	583-50
EAT1195	AG04730628	07/08/2020	554-12
EBD9133	AG04731316	08/08/2020	763-31
EDE2146	AG04729920	10/08/2020	554-14
EDL9215	AG04730215	13/09/2020	566-50
EIZ3887	AG04730602	10/08/2020	554-12
EKX7614	AG04731150	07/08/2020	605-01
EMH9091	AG04729912	08/08/2020	763-32
EMR0367	AG04731318	08/08/2020	556-80
ENV9041	AG01650971	13/08/2020	605-01
ETY4805	AG04730786	10/08/2020	763-31
EUA3471	AG04725273	10/08/2020	605-01
EUE7824	AG04730555	10/08/2020	763-31
EWPA035	AG04728591	08/08/2020	554-14
EZF0065	AG04730425	31/07/2020	653-00
FBU1462	AG04730881	11/08/2020	554-14
FCL3280	AG04739065	05/08/2020	763-31
FEH7651	AG04731207	08/08/2020	556-80
FEQ7070	AG04730894	04/08/2020	763-31
FFN7311	AG04730749	07/08/2020	648-30
FIO6225	AG04730574	01/08/2020	545-21
FLS6205	AG04730581	06/08/2020	556-80
FNN4347	AG04730585	05/08/2020	763-32
FRW9776	AG04730484	07/08/2020	554-12
FTQ4806	AG04730869	11/08/2020	554-12
FXP0353	AG04730751	07/08/2020	763-32
FYM5218	AG04730424	31/07/2020	566-50
FZV0820	AG04730713	08/08/2020	763-32
GFX2633	AG04731137	08/08/2020	763-31
GKW6860	AG04729880	14/08/2020	556-80
GMA8112	AG04731324	08/08/2020	763-32
GMB1613	AG04729911	08/08/2020	556-80
GMB4156	AG04729874	11/08/2020	556-80
GML8822	AG04725276	01/08/2020	605-01
GMW4642	AG04730967	12/08/2020	545-21
GNV2656	AG04730186	05/08/2020	554-12
GOL8503	AG04730868	11/08/2020	554-12
GOL6117	AG04730895	04/08/2020	545-21
GOQ7611	AG04725891	11/08/2020	736-62
GOW4751	AG04728832	08/08/2020	763-31
GOW5539	AG04730821	10/08/2020	555-00
GOB8328	AG04730480	07/08/2020	554-12
GQH2303	AG04729073	07/08/2020	763-32
GQM9739	AG04730463	07/08/2020	554-12
GRR8486	AG04730850	10/08/2020	763-31
GRU4123	AG04725472	07/08/2020	605-01
GSV6174	AG04730584	04/08/2020	763-31
GTG8489	AG04725278	15/08/2020	653-00
GTM3728	AG04725475	13/08/2020	581-98
GTQ0319	AG01646588	11/08/2020	545-21
GTQ0934	AG04730817	11/08/2020	554-12
GTQ1854	AG04729440	11/08/2020	518-51
GUB9571	AG04725277	01/08/2020	605-01
GUP2656	AG04730520	10/08/2020	763-31
GUR0139	AG01650093	13/08/2020	556-80
GUR3600	AG04725473	11/08/2020	605-02
GUR3832	AG04730552	11/08/2020	763-31
GUR4365	AG04730816	11/08/2020	554-12
GUR4950	AG04730439	31/07/2020	763-31



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Faço saber que a Câmara Municipal de Montes Claros aprovou, e o Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros, nos termos da alínea “d” do art. 46 do Regimento Interno, promulga o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 07 DE 2020

Referenda, nos termos do §3º do art. 165 da Lei Orgânica Municipal, a Abertura de Crédito Adicional Extraordinário no Orçamento Vigente previstos no Decreto 4.086 de 12 de agosto de 2020 do Município de Montes Claros.

A Câmara Municipal de Montes Claros decreta:

Art. 1º Fica referendada, nos termos do §3º do art. 165 da Lei Orgânica Municipal, a Abertura de Crédito Adicional Extraordinário no Orçamento Vigente previsto no Decreto 4.086 de 12 de agosto de 2020 do Município de Montes Claros.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Montes Claros, em 25 de agosto de 2020.


JOSÉ MARCOS MARTINS DE FREITAS
Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros



Município de Montes Claros-MG
PROCURADORIA-GERAL

Montes Claros (MG), 13 de agosto de 2020

Exmo. Sr.

Vereador José Marcos Martins de Freitas

DD. Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros

Ofício nº GP-_____/2020


Assunto: Encaminhamento do Decreto nº 4086/20

Senhor Presidente,

Com os nossos cordiais cumprimentos, vimos por meio deste, encaminhar para referendado deste Egrégio Poder Legislativo, nos termos do disposto no §3º, do artigo 165, da Lei Orgânica Municipal, o Decreto Municipal de nº 4086/20, que **ABRE CREDITO ADICIONAL EXTRAORDINÁRIO NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Na oportunidade manifestamos protestos de estima e consideração e nos colocamos a disposição para demais esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,


Humberto Guimarães Souto
Prefeito de Montes Claros





Município de Montes Claros – MG

Procuradoria-Geral

Decreto nº 4086, 12 de agosto de 2020

ABRE CREDITO ADICIONAL EXTRAORDINÁRIO NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Montes Claros – MG., no uso de suas atribuições legais, nos termos dos arts. 71, inciso VI, 99, inciso I, alínea "I" e 165 todos da Lei Orgânica Municipal e do disposto nas Leis Federais 13.979/20 e 4320/64.

DECRETA:

Art. 1º – Fica aberto, no orçamento do Município, vigente em 2020, crédito adicional extraordinário, no valor de R\$ 5.928.701,72 (cinco milhões, novecentos e vinte e oito mil, setecentos e um reais e setenta e dois centavos), nas seguintes dotações orçamentárias:

Projeto/Atividade	Código	Elemento	Valor (R\$)	Fonte
Enfrentamento da Emergência Saúde Nacional Decorrente do Coronavírus	02.12.02-10.122.0069.2301	319004	2.384.091,20	161
		319011	945.000,00	161
		319013	505.000,00	161
		319016	34.000,00	161
		319113	170.000,00	161
		339030	12.000,00	161
		339049	100.000,00	161
Ações de Enfrentamento do Covid-19	02.06.04-08.244.0026.2305	319004	1.323.610,52	161
		319013	375.000,00	161
		319016	10.000,00	161
		339049	70.000,00	161
Total			5.928.701,72	

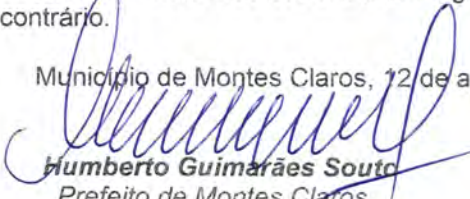
§1º. Os recursos para a abertura do presente crédito adicional extraordinário são necessários para o atendimento de despesas imprevisíveis e urgentes, necessárias ao enfrentamento da Pandemia decorrente do agente Novo Coronavírus SARS-CoV-2, bem como dos reforços necessários para o enfrentamento de suas consequências, nos termos do disposto na Lei Complementar Federal n.º 173, de 27 de maio de 2020.

§2º. O presente crédito adicional extraordinário atenderá ao disposto no art. 41 e seguintes, da Lei Federal n.º 4320/64 e ao disposto na Lei Orgânica Municipal.

Art. 2º – O presente Decreto é editado *ad referendum* do Poder Legislativo Municipal, nos termos do artigo 165, parágrafo terceiro, da Lei Orgânica do Município de Montes Claros.

Art. 3º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Município de Montes Claros, 12 de agosto de 2020.


Humberto Guimarães Souto
Prefeito de Montes Claros



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ASSESSORIA LEGISLATIVA

PARECER SOBRE PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 07/2020 QUE “Referenda, nos termos do §3º do art. 165 da Lei Orgânica Municipal, a abertura de Crédito Adicional Extraordinário no Orçamento Vigente previsto no Decreto 4.086 de 12 de agosto de 2020 do Município de Montes Claros.” de autoria do vereador presidente José Marcos Martins de Freitas.

Projeto de Decreto Legislativo enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

O projeto em questão propõe referendar, nos termos do art. 165 da Lei Orgânica, decreto municipal que abriu crédito adicional extraordinário ao orçamento vigente.


A Lei Orgânica Municipal, em seu art. 48, prevê, em nosso ordenamento jurídico os decretos legislativos, sendo que a mesma LOM prevê, em seu art. 165, §3º a necessidade do referendo do Legislativo para a abertura de créditos adicionais extraordinários, como no caso em tela.

Assim, não se reconhece nenhum vício de iniciativa no projeto ou mesmo em seu objetivo, até porque tanto a Constituição Federal quanto a Lei Orgânica Municipal permitem que o Município legisle sobre assunto de seu interesse, como no presente caso.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto de decreto legislativo em questão é constitucional, legal e atende à forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 26 de agosto de 2020.


Luciano Barbosa Braga
Assessor Legislativo
OAB/MG 78605



Câmara Municipal de Montes Claros - MG
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER SOBRE PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 07/2020

AUTOR: Legislativo Municipal – Presidente José Marcos Martins de Freitas

MATÉRIA: “Referenda, nos termos do §3º do art. 165 da Lei Orgânica Municipal, a Abertura de Crédito Adicional Extraordinário no Orçamento Vigente previstos no Decreto 4.086 de 12 de agosto de 2020 do Município de Montes Claros”.

I- RELATÓRIO

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 25/08/2020, com entrada na Sala das Comissões no dia 26/08/2020.

Compete a esta Comissão, nos termos regimentais, emitir parecer sobre a legalidade, constitucionalidade e forma técnica de redação do projeto.

II – FUNDAMENTAÇÃO

O Projeto de Decreto Legislativo tem por objetivo referendar os termos do Decreto do Executivo Municipal nº 4.086 de 12 de agosto de 2020 do Município de Montes Claros”, que abre crédito extraordinário no orçamento de 2020, no valor 5.928.701,72 (cinco milhões, novecentos e vinte e oito mil, setecentos e um reais e setenta e dois centavos).

De acordo com o §1º do art. 1º do Decreto do Executivo, os recursos provenientes da abertura do Crédito Adicional Extraordinário são necessários para o atendimento de despesas imprevisíveis e urgentes, necessárias ao enfrentamento da Pandemia decorrente do agente Novo Coronavírus SARS-2 e suas consequências.

A Lei Orgânica Municipal prevê, no §3º do art. 165 que abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de calamidade pública, como no presente caso, “*ad referendum*” da Câmara Municipal.

III – CONCLUSÃO

Diante do exposto e, em razão do imediato enfrentamento do Coronavírus SARS-2, esta Comissão conclui pela legalidade e constitucionalidade do Projeto de Decreto Legislativo nº 07/2020.

Sala das Comissões, 27 de agosto de 2020.

Presidente: Ver. Aldair Fagundes Brito

Vice- Presidente: Ver. Maria Helena de Quadros Lopes

Relator: Ver. Martins Lima Filho: